



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Jorge Ricardo Neres Saraiva Nascimento dos Santos, Doutorando em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE), jorgericardoneres@yahoo.com.br

Miguel Antonio Pinho Bruno, Doutor em Economia das Instituições pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE), miguel.bruno@ibge.gov.br

Paulo de Martino Jannuzzi, Pós- Doutor pela ENCE/IBGE, Pós- Doutorando pela Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE/FGV), Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE), paulo.jannuzzi@ibge.gov.br

Kadny Jordany Vilela de Macêdo, Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Goiás(UFG), kadnymacedo@gmail.com

**Transformações no mercado de trabalho brasileiro:
economia solidária e sua decadência como política pública**

Resumo

Este artigo analisa as principais transformações ocorridas na economia e no Estado brasileiro até se chegar ao atual estágio de financeirização e avanço do neoliberalismo, analisando as consequentes transformações no mercado de trabalho ocorridas decorrente deste processo. Dentro deste contexto, é analisada a economia solidária e sua decadência recente como política pública. O processo de financeirização impacta profundamente o mercado de trabalho brasileiro ao favorecer os investimentos em ativos financeiros em detrimento dos investimentos em atividades produtivas, deixando uma grande massa de trabalhadores com trabalhos precários além de deixar outra grande massa à margem do mercado de trabalho capitalista formal, ele se fortifica a partir da década de 90 no Brasil e, nesse mesmo período, a economia solidária emerge como uma forma de subsistência e resistência, sendo institucionalizada pelo Estado brasileiro e posteriormente, com a crise econômica e a subida no poder de governos ultraneoliberais de extrema direita, ocorreu a sua decadência como política pública. Foram utilizados dados da economia brasileira e do Orçamento Público Federal, além de realizada revisão de literatura. Conclui-se que existe uma necessidade de mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho brasileiro para favorecer ao desenvolvimento socioeconômico, e que a economia solidária que vinha se fortalecendo como um movimento social de resistência à pobreza, à miséria, e à exclusão produtiva, tem sofrido com o atual cenário brasileiro de crise econômica e corte de recursos para as políticas públicas.

Palavras-chave: Economia solidária; Mercado de trabalho; Financeirização; Neoliberalismo; Orçamento público.

Introdução

A financeirização no Brasil se acentuou principalmente a partir da década de 90, havendo grande crescimento da taxa macroeconômica de financeirização e a estagnação da taxa de acumulação de capital fixo produtivo, tendo como consequências: o baixo crescimento econômico, desemprego, piora na qualidade dos postos de trabalho, aumento da flexibilização do trabalho e sua precarização.

Mais recentemente, a partir principalmente de 2016, com a crise econômica e o contexto político de redução de recursos para políticas públicas tem ocorrido um fortalecimento do processo de financeirização e avanço do ideal neoliberal. A economia solidária no Brasil emergiu na década de 90, principalmente em decorrência do aumento do desemprego, e da fragilização da situação da classe trabalhadora, se tornou uma importante política pública de desenvolvimento social e combate à pobreza e desigualdade, porém diante do cenário atual de crise econômica e cortes de recursos para políticas públicas, vem perdendo espaço.

Este trabalho¹ tem por objetivo responder as seguintes questões: Qual é o padrão e a dinâmica do atual regime de crescimento financeirizado do Estado brasileiro e quais as principais mudanças políticas e institucionais associadas ao processo de passagem do Estado brasileiro de desenvolvimentista à financeirizado? Quais os impactos da financeirização sobre o mercado de trabalho e como o surgimento da economia solidária no Brasil está relacionado à isso? Como o recente avanço do ideal neoliberal e o fortalecimento da financeirização a partir de 2016 está relacionado com a economia solidária em específico, seu orçamento público, e também com as demais políticas públicas?

Metodologia

Foi realizada revisão de literatura e utilizados dados da economia brasileira e do Orçamento Público Federal, utilizando-se de PPAs (Planos Plurianuais), LOAs (Leis Orçamentárias Anuais), e do Painel do Orçamento Público Federal. Dessa forma, foi analisada a dotação orçamentária da SENAES no PPA 2016-2019 por ano, programa, ação, órgão orçamentário, dotação atual (o valor inicialmente aprovado reduzido ou acrescido por alterações aprovadas durante o ano), e grau de execução em valores atualizados para Julho de 2020, levando-se em consideração o valor liquidado (o valor apto para pagamento após comprovado o direito adquirido pelo credor tendo as atividades sido contratadas e realizadas) como valor executado, e utilizado o índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para atualização de valores.

Foi realizada também uma breve análise Bibliométrica da literatura acadêmica relacionada a “economia solidária” e “financeirização”, buscando-se pela ocorrência simultânea dos dois termos (em três idiomas, português, inglês e espanhol), e posteriormente a ocorrência simultânea dos termos “economia solidária”, “financeirização”, e “orçamento público” (também nos três idiomas), em

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e com o apoio do IBGE e do Ministério do Turismo.

título, resumo e palavras-chave de pesquisas acadêmicas, utilizando o software estatístico R, o pacote Bibliometrix, e as bases SCOPUS e Web of Science.

I – Breve análise bibliométrica

Elaborou-se uma breve análise quantitativa e estatística da literatura relacionada a economia solidária, financeirização, e orçamento público, usando o pacote Bibliometrix do Software R que ajuda os pesquisadores a mapear as publicações de forma estatística e quantitativa, a chamada Bibliometria, analisar a literatura em termos estruturais, por meio de métricas sobre a qualidade das publicações, segundo os criadores do pacote Aria e Cuccurullo (2017).

Foram utilizadas as bases de periódicos SCOPUS e Web of Science, duas grandes e importantes plataformas que possuem coleções de artigos e trabalhos acadêmicos de diferentes áreas de conhecimento. Primeiramente, dois grupos de palavras-chave foram usados, o primeiro contendo o termo economia solidária em três idiomas (português, inglês e espanhol): “Economia solidária”; “Solidarity economy”; “Economía de solidariedad”, “Economía solidaria”. No caso do termo em espanhol, especificamente, este possui as duas variações apresentadas, pois são usualmente utilizadas nos estudos da área.

O segundo grupo de termos utilizados são relacionados a Financeirização (“Financialization”; “Financiarización”; “Financeirização”) sendo pesquisada a partir de seu radical, para fins de abrangência do termo de análise. Buscou-se pela ocorrência simultânea dos dois grupos de termos (nos três idiomas), sendo selecionado os filtros “título, resumo e palavras-chave”. Como resultado, verificou-se um total de 61 trabalhos (somando-se os resultados nos três idiomas e excluídas as duplicações), sendo 48 artigos, 5 capítulos de livros, 3 estudos de conferências, 1 revisão de conferência, 2 editoriais e 2 revisões, com publicação entre 2003 a 2020 e com a quantidade de produção aumentando a partir de 2014.

Porém, ao realizar-se do mesmo modo, a busca pela ocorrência simultânea dos termos “economia solidária”, “financeirização” e “orçamento público” (“Public budget”, “Presupuesto público”), nos três idiomas, nenhum resultado foi

encontrado. Dessa forma, não foi encontrado nenhum trabalho que realizou a análise que este trabalho se propôs a fazer.

II– Brasil: de desenvolvimentista à financeirizado

O fenômeno da financeirização tem adquirido proporções globais. Inclusive os países desenvolvidos sofreram impactos negativos devido a este fenômeno. E no Brasil, um país em desenvolvimento, não é diferente. O fenômeno da financeirização brasileira tem suas próprias especificidades e sua própria trajetória histórica, política e institucional. O Estado brasileiro encontra-se atualmente financeirizado, e tal fato traz importantes implicações para as políticas sociais, para o mercado de trabalho, e para o desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com Bruno (2011), o fenômeno da financeirização pode ser caracterizado como um regime de crescimento econômico baseado nas rendas de ativos financeiros em detrimento das rendas de atividades produtivas, transferindo recursos que seriam investidos em atividades produtivas e formação de capital fixo produtivo para o setor financeiro, aumentando o desemprego.

Antunes (2017) salienta que desde os finais da década de 1970, nas economias ocidentais e na economia mundial, com o desenvolvimento da economia global, avanço do ideal neoliberal, e posteriormente da financeirização, a repartição funcional do rendimento acabou por se alterar de forma significativa, havendo desvalorização relativa dos rendimentos salariais, ocorrendo o reaparecimento da ideia de que o mercado de trabalho deve funcionar de acordo com os mecanismos automáticos de um mercado de concorrência perfeita, de forma que o trabalho tendeu a ter um estatuto similar ao de uma mercadoria qualquer e a relação salarial passou a ser entendida mais como apenas uma relação de mercado, e o salário concebido como essencialmente um custo de produção e não como um componente do rendimento capaz de assegurar fluxos elevados e estáveis de procura agregada.

Segundo Standing (2014) a partir da década de 1980 com a passagem do modelo fordista de produção (com trabalho estável e correspondência entre os

aumentos de produtividade do trabalhador e ganhos salariais dos mesmos) para um modelo com a produção flexível, houve uma mudança na estrutura de classes da sociedade a nível global emergindo a classe social do “precariado” com trabalho precário, muitas vezes associado à informalidade, baixos rendimentos, insegurança, poucos direitos trabalhistas, e alta rotatividade no emprego.

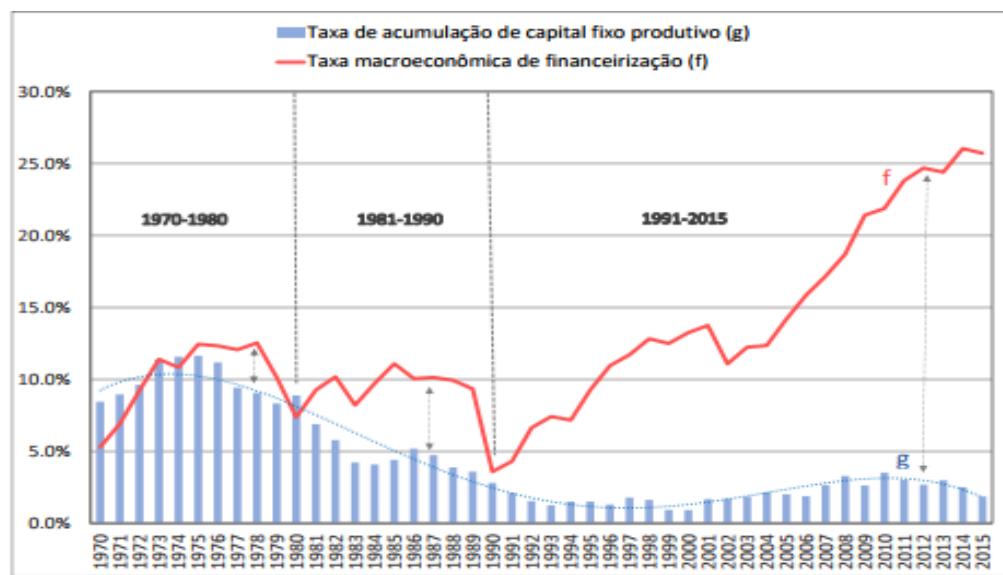
O “precariado” emerge no contexto de financeirização para atender as demandas de flexibilização e precarização do trabalho. Bruno et al (2011) caracteriza a financeirização como um regime de crescimento econômico baseado principalmente nas rendas de ativos financeiros e de juros em detrimento das rendas de atividades produtivas, sendo um entrave ao desenvolvimento socioeconômico, pois devido à falta de regulação há mais atratividade para operações financeiras do que para mobilizações de capital nos setores produtivos da economia, já que as aplicações financeiras se tornam menos arriscadas e possuem maior liquidez e rentabilidade, causando flexibilização do trabalho bem como a precarização, destruição e a piora na criação de postos de trabalho.

Segundo Bruno (2016), desde 1991 a taxa macroeconômica de financeirização² no Brasil tem crescido fortemente, enquanto a taxa de acumulação de capital fixo produtivo³ permanece estagnada após forte queda desde 1975, como é possível ver no gráfico elaborado pelo autor que não pode deixar de ser aqui analisado. Tal gráfico foi citado também por Santos (2019):

2 Segundo Bruno (2016) este indicador é igual a razão entre o estoque total de ativos financeiros não-monetários e o estoque de capital fixo produtivo, e mostra o ritmo de substituição de ativos fixos produtivos por ativos financeiros.

3 Segundo Bruno (2016) este indicador corresponde à taxa de crescimento do estoque de capital fixo produtivo, sendo um indicador de investimento em atividades produtivas.

Gráfico 1 – Acumulação financeira e acumulação produtiva no Brasil no período de 1970 a 2015



Fonte: Bruno (2016, p. 4).

Portanto, os níveis de investimento em capital fixo produtivo caíram muito ao longo do tempo à medida que a taxa macroeconômica de financeirização foi aumentando. Entre as principais consequências prejudiciais da financeirização, segundo Bruno (2011), se encontram: esterilização da poupança de famílias e de empresas devido ao uso improdutivo; perda de autonomia da política econômica; tendência a forte apreciação real da taxa de câmbio; intensificação da concentração setorial e funcional da renda; pressões recorrentes sobre o equilíbrio externo. Conduz também à perda de direitos trabalhistas, sociais, e gera desemprego e baixos salários no mercado de trabalho capitalista.

Segundo Bruno e Caffe (2017) entre 1930 e o momento atual, o Estado brasileiro passou de desenvolvimentista a fortemente financeirizado, com diferentes mudanças políticas e institucionais, no período de 1964 a 1989 ocorreu o apogeu e a crise do desenvolvimentismo brasileiro associado ao capital externo, e após esse período, o Estado brasileiro adotou a ideologia neoliberal da globalização (com inserção internacional dependente e subordinada aos mercados globais):

Quadro 1 – Mudanças político-institucionais na regulação do Estado Brasileiro

Período	Principais Características
1º período (1930 a 1954)	O Estado era autoritário e promovia o nacional-desenvolvimentismo enquanto tentava construir as bases para um processo autônomo de desenvolvimento econômico, com a afirmação do capital industrial e perda da hegemonia do capital agrário exportador.
2º período (1955 a 1963)	Ocorreu o desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, de forma que o Estado brasileiro se estruturou para a entrada do capital estrangeiro através de empréstimos e investimentos diretos, e realizou o Plano de Metas integrando o capital público e privado. O Plano de Metas reconfigurou as relações Estado-economia ao integrar atividades do capital público, privado nacional e estrangeiro (através de um planejamento que definia as prioridades de investimento e as estratégias para alocação dos recursos privados).
3º período (1964 a 1989)	Estado sob o regime político autoritário, com golpe militar ocorrido em 1964, as forças populares são esmagadas e os movimentos sociais reprimidos. Uma nova legislação trabalhista foi estabelecida com o objetivo de aprofundar a flexibilidade quantitativa e salarial das relações de emprego no Brasil. Houve o apogeu e a crise do desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, ocorreu o aumento da dependência do capital externo e surgiram as condições estruturais para o processo de financeirização sendo criados o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional e restruturados os mercados financeiro e bancário. O Estado passa a emitir títulos públicos indexados à inflação e torna-se garantidor e avalista do capital financeiro privado. Nessa fase ocorreu o “milagre econômico brasileiro” (1967-1973) e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979).
4º período (1990 a 2003)	Depois de uma década de dificuldades macroeconômicas e estruturais (a “década perdida” dos anos 1980) o Estado brasileiro reprova e descaracteriza o papel anterior das intervenções públicas que permitiram o desenvolvimento com base na acumulação industrial. O Estado brasileiro se afasta do desenvolvimentismo e adota a ideologia neoliberal da globalização passando para um modelo neoliberal com inserção internacional dependente e subordinada aos mercados globais. Entra em um processo de reestruturação de várias dimensões organizacionais: lança o Programa Nacional de Privatizações (Lei 8.031) e faz privatizações de grandes empresas estatais; reconfiguração a forma de inserção internacional; reforma monetária com a implementação do Plano Real (e medidas de sustentação da acumulação bancária e financeira); reformas de ordem política; reforma no sistema de seguridade social; reforma do sistema tributário; reforma administrativa. Como ocorreu também em vários países latino-americanos, esse processo de reestruturação foi amplamente influenciado pelo Consenso de Washington.
5º período (2004 a 2014)	O Estado brasileiro continua com um modelo neoliberal com inserção internacional dependente e subordinada aos mercados globais, o Estado tenta conciliar os interesses da acumulação rentista-financeira e do setor exportador de commodities com os da acumulação produtiva industrial, implementa políticas sociais redistributivas e de inclusão via consumo e graças à ampliação da oferta de crédito (para as classes médias e de renda mais baixa) a lógica da financeirização amplia o seu circuito de acumulação. Devido aos elevados níveis das taxas de juros no Brasil, a financeirização usurária permanece, porém é elevada a um novo patamar (os fluxos de juros apropriados pelos grandes bancos e detentores de capital são grandemente amplificados pelo elevado custo dos financiamentos e empréstimos concedidos pelo mercado financeiro às famílias e empresas brasileiras).
6º período (de 2015 a 2017)	Medidas contracionistas sobre a demanda interna são lançadas, com base no argumento do reequilíbrio das contas públicas e da geração de superávits fiscais primários. A PEC 55 (PEC do “teto”) é aprovada e congela os gastos sociais com educação e saúde por 20 anos. Ocorre uma redução da oferta pública e universal de serviços fundamentais à população, o que cria e amplia nichos de mercado de interesse do setor bancário-financeiro. As principais estruturas do Estado passam a estar sob o controle de representantes da alta finança.

Fonte: Bruno e Caffe (2017). Sumarização.

Segundo Lavinhas; Araújo; Bruno (2017), no período de 1970 a 1980 o fenômeno da financeirização é quase ausente no Brasil; de 1981 a 1994 o índice

de financeirização⁴ sobe, a poupança e o investimento financeiros começam a substituir a poupança e o investimento produtivos estancando o crescimento econômico, e de 1995 a 2015 o índice de financeirização aumenta muito, havendo gritante desconexão entre as atividades financeiras e as atividades produtivas:

Quadro 2 – Financeirização no Brasil: periodização e características (1970-2015)

Características	Períodos	1970-1980	1981-1994	1995-2015
Índice de financeirização		1.016	2.04	7.66
Taxonomia		Ausente	Restrita	Ampliada e Alta
Origem		-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ganhos inflacionários derivados da indexação generalizada de contratos a partir do endividamento público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Renda de juros e demais ganhos financeiros com ativos derivados do endividamento público interno e privado (empresas não-financeiras e famílias) ▪ Finanças subvertendo a provisão pública de bem-estar
Implicações macroeconômicas e sociais		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições institucionais para práticas indexatórias via correção monetária ▪ Aumento da concentração de renda e riqueza ▪ Queda da <i>wage share</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento da acumulação rentista graças à “moeda financeira” ou “indexada” – financeirização elitizada ▪ Alta inflação com estagnação do investimento produtivo ▪ Níveis baixos da <i>wage share</i>, comparativamente à média internacional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo tenta conciliar os interesses da acumulação rentista-patrimonial com as políticas sociais ▪ Estabilização da inflação (1995) e recuperação do investimento produtivo a partir de 2004 ▪ Financeirização de massa via aumento moderado da <i>wage share</i>, colateralização da política social, expansão da oferta de crédito ao consumo, dos fundos de previdência privada, seguros e novos serviços financeiros às famílias e empresas

Fonte: Lavinhas; Araújo; Bruno (2017, p. 16).

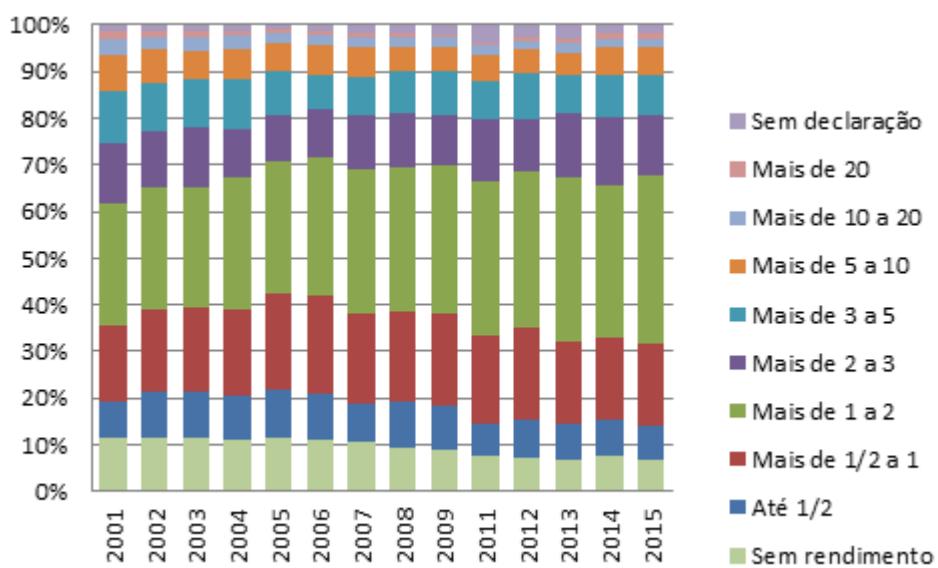
Portanto, a economia brasileira passou por diversas mudanças econômicas, políticas e institucionais, passando de desenvolvimentista à fortemente financeirizado. Algumas das implicações do recente fortalecimento do processo de financeirização brasileiro serão analisadas na terceira seção deste artigo. Tais implicações, e outras, são de suma importância, pois determinarão em grande medida os caminhos que o Brasil irá trilhar nos próximos anos.

4 Segundo Lavinhas; Araújo; Bruno (2017), o índice de financeirização corresponde à divisão da taxa de financeirização pela taxa de acumulação de capital produtivo, sendo a taxa de acumulação de capital produtivo a razão entre o investimento e o seu correspondente estoque de capital.

III - Impactos da financeirização, a emergência da economia solidária, crise econômica e o período mais recente

A financeirização tem como um de seus impactos a precarização do trabalho. Por exemplo, é possível ver a precarização do trabalho no Brasil através da forte tendência à baixa remuneração no mercado de trabalho brasileiro. Santos (2019) elaborou um gráfico com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e verificou que de 2001 a 2015, o percentual de pessoas ocupadas com baixas remunerações era grande, mais de 30% da população ocupada ganhava até 1 salário mínimo; e cerca de 10% não tinham rendimento:

Gráfico 2 – % de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência no Brasil por faixa de salários mínimos (rendimento mensal de todos os trabalhos) de 2001 a 2015:



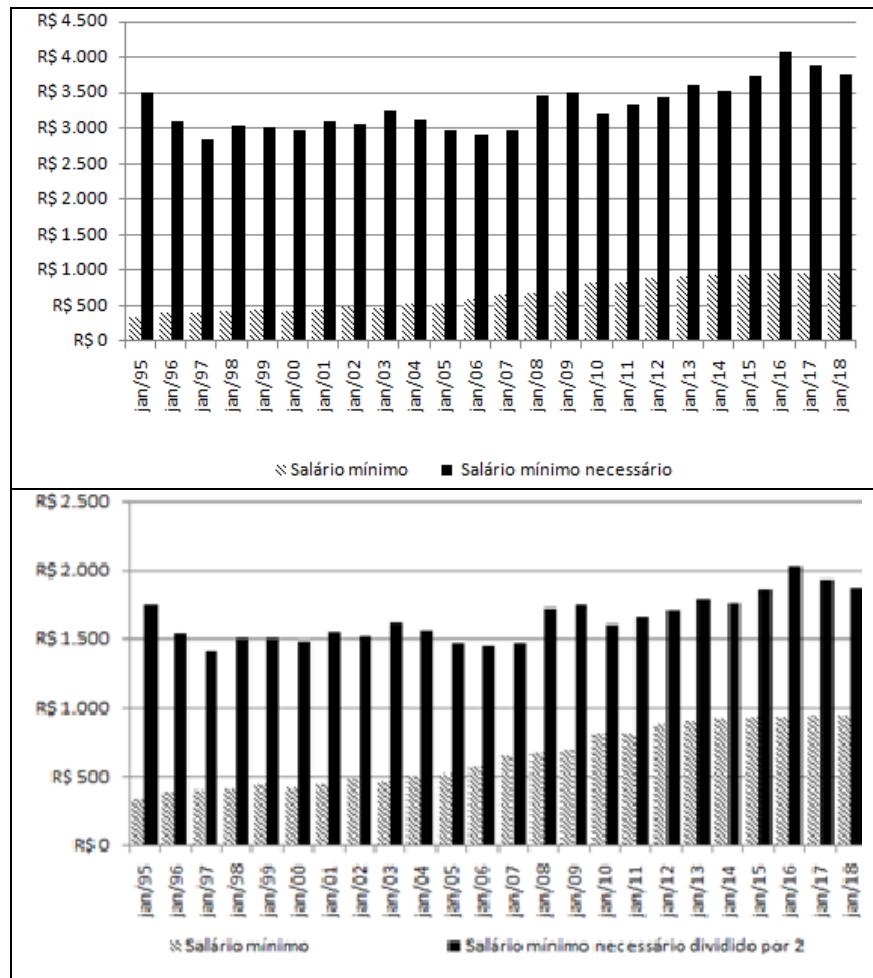
Fonte: Santos (2019, p.20). Dados do SIDRA, IBGE - PNAD.

Ainda segundo Santos (2019), o salário mínimo tem grande disparidade em relação ao salário mínimo necessário⁵, estando em torno de 25% apenas do

5 Que mede o salário mínimo constitucionalmente instituído (salário que seria necessário para sustentar uma família de 4 pessoas com dois adultos e duas crianças), calculado pelo DIEESE.

salário mínimo necessário, e mesmo ao se dividir o salário mínimo necessário por dois em um cenário onde os dois adultos da família trabalhariam, a disparidade ainda permanece muito grande:

Quadro 3 – Salário mínimo e necessário no Brasil, e salário mínimo e necessário (dividido por dois), em Reais de Janeiro de 2018 no período de Janeiro de 1995 a Janeiro de 2018



Fonte: Santos (2019, p. 23,24). Observação: Dados do DIEESE, o índice utilizado para a atualização foi o INPC. Os gráficos foram agrupados.

É neste contexto de financeirização, precarização do trabalho, baixos rendimentos e desemprego, que a economia solidária, que segundo Singer (2001) pode caracterizar-se como um modo de produção diferente do modo de produção capitalista, onde as empresas solidárias são administradas pelos próprios

trabalhadores e a escala de remunerações é mais igualitária e decidida pelos mesmos e o lucro não é o objetivo principal (e sim gerar renda e emprego para a maior quantidade de pessoas possível), emerge mais forte no Brasil como um movimento de sobrevivência e resistência das pessoas que foram marginalizadas pelo mercado de trabalho.

Segundo Kuyven (2016) o fenômeno do desemprego, a desestruturação do mercado de trabalho a partir da crise da década de 1980 e acentuada na década de 90 impôs uma necessidade de sobrevivência àqueles que ficaram desempregados ou na informalidade dando impulso à economia solidária no Brasil; Silva e Filho (2018) também ressaltam que a economia solidária emergiu mais forte a partir dos anos 1990, em uma conjuntura de crise econômica.

É dentro desse contexto de fortalecimento do movimento da economia solidária no Brasil como uma via alternativa às restrições impostas pela financeirização e consequente precarização do mercado de trabalho, que em 2003 foi criada a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no então Ministério do Trabalho e Emprego e a economia solidária passou a ser institucionalizada no Estado Brasileiro, sendo tal fato um marco para as políticas públicas de economia solidária e as políticas públicas de inclusão produtiva no Brasil. Foi criado também o SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) que realizou o I e o II Mapeamento Nacional da Economia Solidária, além de uma pesquisa amostral com sócios e sócias dos empreendimentos econômicos solidários (EESs) levantados pelo II mapeamento.

Como salientado por Santos (2019), os dados do SIES também reforçam a relação entre o aumento da precarização do trabalho resultante do processo de financeirização brasileiro e o surgimento da economia solidária, na medida que os dados do II Mapeamento Nacional da Economia Solidária apontam que cerca de 46,2% dos EESs no Brasil foram criados tendo entre suas motivações mais importantes para a sua criação serem uma alternativa ao desemprego e 48,3% dos EESs no Brasil foram criados tendo entre suas motivações mais importantes para a sua criação serem geradores de uma fonte complementar de renda.

Em um estudo referência, que não pode deixar de ser aqui citado, Kuyven (2016) fez um modelo de regressão múltipla utilizando os dados da Base de Sócios e Sócias 2013 do SIES e dados da PNAD, e avaliou os impactos da economia solidária sobre a geração de renda de seus trabalhadores concluindo que a economia solidária contribui de forma relativamente superior para a geração de renda que o mercado de trabalho tradicional principalmente para os grupos da sociedade geralmente discriminados e marginalizados como mulheres, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadores do campo, pessoas de cor não branca, sendo desta forma uma alternativa para a redução da pobreza no Brasil.

Deste modo, a economia solidária emergiu como uma alternativa para atenuar os efeitos da pobreza e do desemprego fortificados pelo avanço neoliberal e da financeirização. Ela vinha em um movimento de fortalecimento no Brasil nas duas últimas décadas, principalmente a partir de sua institucionalização em 2003 no Estado brasileiro, porém a partir de 2016, com a crise econômica e o contexto político de cortes de recursos para políticas públicas, esse panorama mudou.

A crise econômica e o avanço do processo de financeirização da economia brasileira a partir de 2016 teve por consequências as recentes reduções dos gastos públicos sociais tendo como uma de suas personificações a Pec 55, do “teto” dos gastos públicos, a qual congelou os gastos na saúde e educação por 20 anos. Tais cortes de gastos sociais têm afetado até a produção de estatísticas públicas oficiais vitais para a identificação de demandas sociais e a formulação de políticas públicas sociais, como o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é a maior pesquisa nacional.

Segundo Jannuzzi (2018a) os Censos Demográficos são fonte quase exclusiva de informação para planejamento e formulação de políticas em âmbitos local e microlocal, devido ao fato dos cadastros e registros administrativos públicos na esfera municipal apresentarem problemas de atualização e confiabilidade e as estatísticas públicas (e indicadores sociais em especial) tem papel fundamental no dimensionamento de questões sociais que se vocalizadas adequadamente podem entrar na agenda prioritária de governo e quanto melhor

caracterizadas e dimensionadas essas questões por meio de indicadores, mais argumentos são fornecidos aos grupos de pressão e à sociedade na disputa de prioridades na agenda social e na alocação de recursos orçamentários.

Precarizar a produção de estatísticas oficiais dificulta a visualização das demandas sociais o que contribui para reduzir o espaço das políticas sociais no orçamento público, favorecendo ao fortalecimento da financeirização e do ideal neoliberal. Ter menos estatísticas públicas sociais oficiais ou de pior qualidade tende a favorecer a que cada vez mais as demandas das elites financeiras sejam atendidas e menos as demandas sociais da população.

Jannuzzi (2018a) ressalta a importância do papel da produção de estatísticas para as políticas sociais no país, segundo o autor o quadro brasileiro de iniquidades sociais que ainda persistem seria muito pior caso não houvesse informações estatísticas, algumas delas levantadas há mais de 150 anos (considerando os esforços para realizar o primeiro Censo Demográfico em 1.872) e parte das conquistas republicanas de universalização da educação básica, do acesso à água, redução da pobreza, promoção do desenvolvimento regional, ampliação da cobertura do emprego formal e da previdência no Brasil, se deve à disponibilidade de informação estatística de boa qualidade e cobertura levantada pelo IBGE e outras instituições importantes.

Segundo Jannuzzi (2016) para que as políticas públicas e programas sociais de fato cumpram os seus objetivos específicos e contribuam para que haja uma ação pública com maior efetividade social, é necessário que sejam produzidos informações e estudos de diversas naturezas como levantamentos e diagnósticos detalhados, pesquisas de avaliação de processos e de resultados de programas, investigação de potenciais impactos e externalidades, sistemas de indicadores de monitoramento de ações, valendo-se de diferentes metodologias.

A financeirização faz com que o orçamento público seja cada vez mais destinado ao pagamento da dívida pública e de seus juros, favorecendo o rentismo em detrimento das demandas sociais. O fenômeno da financeirização

desloca recursos que seriam investidos em setores produtivos da economia fazendo com que tais recursos sejam investidos em ativos financeiros (principalmente títulos da dívida pública), devido a sua melhor rentabilidade e menor risco em um ambiente macroeconômico e institucional de financeirização.

Com relação ao quadro geral das políticas públicas sociais, Lavinas; Araújo; Bruno (2017) salientam que os gastos de legitimidade são aqueles que correspondem às despesas públicas que justificam o poder do Estado de tributar (em democracias) e também as demandas da sociedade por serviços e políticas públicas; e no Brasil com o desenvolvimento da acumulação bancária e fortalecimento das elites rentistas, o setor financeiro tem buscado novos espaços de revalorização, como os serviços providos tradicionalmente pelo Estado (como saúde e educação) sendo considerados nichos de mercado pelo setor financeiro.

Pochmann (2017) ressalta que desde 2016 diante da crescente dificuldade na elevação da carga tributária devido ao baixo dinamismo da economia brasileira desde a recessão em 2015, houve um fortalecimento da opção pela redução da despesa pública não financeira (ainda que direcionada à base da pirâmide social) possibilitando a disponibilização de recursos governamentais seguros para atender os gastos financeiros (geralmente para o topo da sociedade).

Quanto às políticas públicas de apoio a economia solidária, não foi diferente do quadro geral das demais políticas públicas sociais, em 2016 a SENAES deixou de ser uma secretaria (no extinto Ministério do Trabalho) e passou a ser uma subsecretaria, em 2019 passou a haver apenas um Departamento de Economia Solidária dentro do Ministério da Cidadania, e em 2020 deixou de existir esse departamento e as medidas de fomento e desenvolvimento da economia solidária passaram a figurar dentro do Departamento de Inclusão Produtiva Urbana (também dentro do Ministério da Cidadania)⁶.

⁶ Vide: (BRASIL, 2016b); (BRASIL, 2016c); (BRASIL, 2019a); (BRASIL, 2019b); (BRASIL, 2019c); e (BRASIL, 2020a).

Silva (2018a) ressalta que a dotação orçamentária da SENAES no PPA 2016-2019 diminuiu muito em relação ao anterior, com queda de 52,2% em 2016 em relação a 2015, e 60,6% em 2017 em relação a 2015, e o valor orçado em 2018 o menor desde 2004. Tal panorama é bem diferente do que vinha acontecendo anteriormente, segundo Silva e Nagem (2013) o orçamento da SENAES no PPA 2008-2011 foi superior ao do PPAs 2004-2007, os autores entrevistaram o diretor da SENAES e este último justificou que tal aumento estaria ligado à mobilização dos atores sociais que defendem a economia solidária junto ao Estado e à sociedade o que teria dado maior visibilidade e peso político.

Segundo Silva (2018b), nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011, ocorreu o momento de inserção e consolidação (onde a economia solidária ganhou o *status* de ação governamental com previsão orçamentária e unidade executora própria); já no PPA 2012-2015 ocorreu o momento de expansão contraditória, onde houve elevação dos recursos da dotação orçamentária principalmente devido a atuação da política de economia solidária no PBSM (Plano Brasil Sem Miséria) porém não acompanhado pelo aumento na mesma proporção das capacidades estatais para execução, resultando em baixa execução orçamentária:

Tabela 1 - Evolução orçamentária e grau de execução na Política Nacional de Economia Solidária

Anos	Orçamento (R\$)	Valor liquido (R\$)	Execução (%)
2004	59.660.443	36.273.549	60,8
2005	25.635.874	19.842.166	77,4
2006	24.197.845	23.665.492	97,8
2007	61.114.311	57.508.567	94,1
2008	70.466.170	36.360.544	51,6
2009	43.692.147	33.774.030	77,3
2010	69.335.408	17.749.864	25,6
2011	94.737.183	32.305.379	34,1
2012	134.374.280	54.421.583	40,5
2013	160.956.735	29.937.953	18,6
2014	151.376.577	29.215.679	19,3
2015	130.763.522	21.052.927	16,1
Total	1.026.310.495	392.107.735	38,2

Fonte: Silva (2018b, p.167). Obs.: Valores atualizados para Dezembro de 2017

Já com relação ao PPA 2016-2019, abaixo segue uma tabela com a dotação orçamentária das políticas de economia solidária no PPA referente aos anos 2016-2019, atualizados para Julho de 2020:

Tabela 2: Dotação orçamentária atual e execução das políticas de economia solidária no PPA (2016-2019), por ano, órgão orçamentário, programa e ação, em reais de Julho de 2020 e em %

Órgão Ano	Orçamentário	Programa	Ação	Dotação atual	Liquidado	% executado
2016	40000 - Ministério do Trabalho	2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	53.166.460	14.169.537	27%
		2083 - Qualidade Ambiental	8274 - Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos	14.398.197	4.453.045	31%
	Total			67.564.657	18.622.582	28%
2017	40000	2071	215F	45.433.688	3.469.124	8%
		2083	8274	10.824.695	2.022.940	19%
	Total			56.258.383	5.492.064	10%
2018	40000	2071	215F	12.853.901	3.753.231	29%
		2083	8274	7.584.032	295.856	4%
	Total			20.437.933	4.049.088	20%
2019	55000 - Ministério da Cidadania	2071	215F	36.087.142	1.358.542	4%
		2083	8274	6.128.640	0	0%
	Total			42.215.782	1.358.542	3%
	Total 2016 a 2019			186.476.755	29.522.275	16%

Fonte: LOA (2016 a 2019), Painel do Orçamento Federal. Elaboração própria. Consulta realizada em Setembro de 2020. Observação: Após colocar os nomes e os códigos, ao repetirem-se os nomes, foram colocados somente os códigos, isto por motivo de compilação e brevidade. Valores atualizados para Julho de 2020 pelo INPC.

Houve forte redução da dotação orçamentária para as políticas de economia solidária, conforme indica a Tabela 2, passando de aproximadamente 67,56 milhões de reais em 2016 para aproximadamente 56,26 milhões de reais em 2017; 20,44 milhões em 2018, e depois recuperando-se um pouco em 2019 com aproximadamente 42,21 milhões de reais.

É possível verificar também na Tabela 2 o baixo percentual de execução orçamentária em todo o período, tendo o ano de 2019 o pior nível de execução (3%), contra por exemplo 20% em 2018; 10% em 2017, e 28% em 2016. A média do período 2016 a 2019 foi de 16% executado. Em contrapartida, em 2006 o valor executado chegou a 97,8%, e a média do período de 2004 a 2015 foi de 38,2% (conforme a Tabela 1).

Assim, para além da questão da dotação orçamentária, é necessário também o aumento da capacidade de execução das políticas públicas de fomento e desenvolvimento da economia solidária, o que exige melhoramento de sua estrutura estatal. Em contrapartida a esse cenário, os gastos com a dívida pública federal são enormes, aumentando sua participação nos anos 2018, 2019 e 2020:

Quadro 2 - Despesas com a Dívida Pública Federal, Ministério da Saúde, e Ministério da Educação para os anos de 2012 a 2020 aprovados na LOA no início de cada ano, em % do total das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social aprovadas na LOA do respectivo ano:

Gastos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Dívida pública federal *	30,3%	28,1%	26,8%	30,0%	29,8%	27,1%	50,7%	43,6%	44,9%
Ministério da Saúde	4,1%	4,2%	4,3%	4,5%	4,0%	3,7%	3,7%	4,1%	3,8%
Ministério da Educação	3,5%	3,8%	4,0%	3,6%	3,4%	3,2%	3,1%	3,8%	2,9%

Fonte: Dados das LOAs de 2012 a 2020, anexos. Elaboração própria. * Discriminada na LOA nos anos de 2012 a 2017 como "Refinanciamento da dívida pública mobiliária".

Portanto, a despesa com a dívida pública federal é grande e aumentou consideravelmente sua participação no orçamento público, ao passo que gastos com saúde e educação por exemplo, requisitos fundamentais para a civilidade e

a cidadania, direitos básicos, decaíram e tem participação muito inferior no orçamento público.

Considerações finais

Existe uma necessidade de mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho brasileiro para favorecer ao desenvolvimento socioeconômico, e que a economia solidária que vinha se fortalecendo como um movimento social de resistência à pobreza, à miséria, e à exclusão produtiva, tem sofrido com o atual cenário brasileiro de contenção de gastos com políticas públicas sociais importantes.

Políticas públicas de inclusão produtiva, como as políticas públicas de fomento à economia solidária, são importantes para a redução da miséria e da pobreza, e para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, fazendo-se necessários estudos detalhados sobre ela para nortear a implementação, desenho e aplicação de políticas públicas. Porém, neste período mais recente, tais políticas tiveram grandes cortes orçamentários, assim como demais políticas públicas sociais básicas e fundamentais para a cidadania e o civilismo, como a saúde e a educação.

Gerar empregos de maior qualidade aumenta o nível de demanda agregada, e acaba por gerar mais empregos de qualidade em um círculo virtuoso. A atuação do Estado no nível de demanda agregada é essencial: cortes de gastos sociais (e gastos relacionados à demanda agregada) com vistas ao pagamento da dívida pública e de juros aumentam a disparidade na distribuição funcional da renda, concentrando a renda para as elites financeiras, gerando queda da demanda agregada além de desaquecimento da economia e piora no desenvolvimento socioeconômico, trazendo e aumentando mazelas sociais.

Assim, para contornar tal situação, é necessário incentivar os investimentos em atividades produtivas elevando a demanda agregada, bem como em políticas públicas e ações sociais essenciais para o desenvolvimento econômico e redução

da desigualdade social, como a economia solidária, saúde, educação, dentre outras.

Referências

ANTUNES, M. **A economia social e o mercado de trabalho: reflexões no quadro do modelo económico europeu.** Economia Social em Textos, 2. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, 2017. Disponível em :<<https://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/97-economia-social-terceiro-sector/2792-a-economia-social-e-o-mercado-de-trabalho-reflexoes-no-quadro-do-modelo-economico-europeu>>. Acesso em: 25 de Set. 2020.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. **Bibliometrix:** An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959-975, 2017.

BOYER, R. **Teoria da regulação:** os fundamentos. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, Brasília, DF, jan. 2019a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13341.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança, Brasília, DF, maio. 2020a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/Decreto/D10357.htm#art7>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, Brasília, DF, dez. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucacao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de 2016.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência

da República e dos Ministérios, Brasília, DF, maio. 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, Brasília, DF, jan. 2019b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial da União 31 jan. 2009, Brasília, DF, dez. 2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 1 Set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016, Brasília, DF, set. 2016c. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13341.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Brasília, DF, jul. 2017a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, Brasília, DF, jun. 2019c. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13341.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2012. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2012. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/lei/ANL12595.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2013. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2013. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2013/lei/ANL12798.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2014. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2014. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2014/lei/ANL12952.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2015. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2015. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2015/lei/ANL13115.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2016. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2016d. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2016/lei/ANL13255.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2017. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2017b. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2017/lei/ANL13414.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2018. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2018. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2018/lei/ANL13587.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2019. Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília:

Ministério da Casa Civil,, 2019d. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2019/Lei/ANL13808.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRASIL. Lei orçamentária anual (LOA) 2020. Anexo - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário. Brasília: Ministério da Casa Civil,, 2020b. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2020/Lei/ANL13978.pdf>>. Acesso em: 2 Nov. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C.A. **Construção Política do Brasil:** Sociedade, Economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2014.

BRUNO, M. et al. ***Finance-Led Growth Regime no Brasil:*** estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. São Paulo, Revista de Economia Política, vol.31 no.5. São Paulo, 2011. Disponível em :<<https://www.scielo.br/pdf/rep/v31n5/a03v31n5.pdf>>. Acesso em: 25 de Set. 2020.

BRUNO, M. **Desafios do Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro:** uma perspectiva institucionalista do período recente. In: O panorama socioeconômico do Brasil e suas relações com a Economia Social de Mercado. – Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014. Disponível em :<https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=9a756874-17cc-9f3a-1fb8-3371e165b08d&groupId=265553>. Acesso em: 23 de Set. 2020.

BRUNO, M. **A previdência social brasileira sob os impactos da financeirização e da transição demográfica.** São Paulo, Plataforma Política e Social, ano 5, 2016. Disponível em :<<https://plataformapoliticasicial.com.br/wp-content/uploads/2016/12/PrevSocialFinanceirTransDemogrMBRUNO-VDEF.pdf>>. Acesso em: 25 de Set. 2020.

BRUNO, M.; CAFFE, A. R. D. **Estado e financeirização no Brasil:** interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. Campinas, Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 26, p. 1025-1062, 2017. Disponível em :<<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3583/08MiguelBruno.pdf>>. Acesso em: 25 de Set. 2020.

BRUNO, M. **Financeirização e crescimento econômico:** o caso do Brasil. Campinas, ComCiência no.128, 2011. Disponível em :<

http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000400009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 de Set. 2020.

CALVETE, C. S. **Impactos da Financeirização no Mundo do Trabalho**. In: Júnior Macambira; Liana Maria da Frota Carleial. (Org.). Emprego, Trabalho e Políticas Públicas. 1^aed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, p. 421-444, 2009.

CUNHA, G. C. **Políticas de economia solidária**: da regulação do trabalho assalariado ao fomento do trabalho associativo. In: XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007, Recife - PE. Anais. Recife: SBS, 2007

FRANÇA, G. C. F. **A problemática da economia solidária**: uma perspectiva internacional. Brasília-DF, Sociedade e Estado, v. XVI, n.1-2, p. 245-275, 2001. Disponível em :< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100011>. Acesso em: 30 de Set. 2020.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Salvador, Caderno CRH, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016%20>>. Acesso em: 20 set. 2020.

GAIGER, L. I. **A outra racionalidade da economia solidária**. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Coimbra, Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, p. 55-77, 2007. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/725>>. Acesso em: 25 set. 2020.

GAIGER, L. I. **Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária**. São Paulo, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 73, 2012. Disponível em: < http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2882_pt.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

JANNUZZI, P. M. **A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente**. Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP, v. 35, p. 1-10, 2018a. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982018000100551&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 set. 2020.

JANNUZZI, P. M.; CARLO, S. **Da Agenda de Desenvolvimento do Milênio ao Desenvolvimento Sustentável: oportunidades e desafios para Planejamento e Políticas Públicas no Século XXI**. Bahia Análise & Dados, v. 28, p. 6-27, 2018.

Disponível em: <<http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanalisedados/article/view/143>>. Acesso em: 30 set. 2020.

JANNUZZI, P. M. Estatísticas e Políticas Públicas no Brasil: quando os indicadores sociais fizeram diferença.... Rio de Janeiro, 2018b (mimeo).

JANNUZZI, P. M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2017.

KUYVEN, P. Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5374?show=full>>. Acesso em: 20 set. 2020.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. Texto para discussão, n. 32 – Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2017. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD IE 032 2017 LAVINAS ARA%C3%9AO BRUNO.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

POCHMANN, M. Desindustrialização e promessas de modernidade capitalista. In: Brasil sem industrialização: a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 148-176. ISBN 978-85-7798-216-5. Disponível em :<<http://books.scielo.org/id/yjzmz/pdf/pochmann-9788577982165-05.pdf>>. Acesso em: 27 de jul. 2019.

SANTOS, J. R. N. S. N. Análise Demográfica e Socioeconômica da Economia Solidária no Brasil. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, Rio de Janeiro, 2019.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTb, 2006.

SILVA, R. B.; SILVA, R. M. A. **Da crise institucional ao estado mínimo**: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 65- IPEA. Brasília: IPEA, 2018b. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9911/1/bmt_65_10_economia2_crise.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, R. F.; FILHO, M. V.C. **Território e economia solidária**: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise Mercado de trabalho nº 64 – IPEA. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8392/1/bmt_64_territ%C3%B3rio.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

SILVA, R. F.; SILVA, S. P. **Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil**: análise da trajetória do pl no 4.685/2012. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 58- IPEA. Brasília: IPEA, 2015.

SILVA, S. P. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018)**: inserção, expansão e crise de paradigma. Texto para Discussão, nº 2434 – IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 2018a. Disponível em :<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2434.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2020.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa - IPEA. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em :<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2020.

SILVA, S. P. **Crise de paradigma?** A política nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019. Mercado de Trabalho, n. 64, p. 163-172, 2018b. Disponível em :<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8393/1/bmt_64_crise.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2020.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas**: uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Texto para Discussão, nº 1682 – IPEA. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em :<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1682.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2020.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná.** Fortaleza, Revista de Economia do Nordeste, v. 43, n. 2, 2012. Disponível em :<<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/218/196>>. Acesso em: 20 de Set. 2020.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil.** Curitiba, Revista de Sociologia e Política v. 21, nº 46: 159-175, 2013. Disponível em :<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000200010&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 20 de out. 2020.

SILVA, S. P. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: Abordagens metodológicas e dimensões analíticas.** Texto para Discussão, n. 2361 – IPEA. Rio de Janeiro: Ipea, 2018c. Disponível em :<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2020.

SINGER, P. **Economia Solidária Versus Economia Capitalista.** Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, Soc. Estado. Vol.16 nº1-2, 2001. Disponível em :<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 20 de out. 2020.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SILVA, R. M.; SCHIOCHET, V. **Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria.** In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). O Brasil Sem Miséria. Brasília: MDS, 2014. Disponível em :<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_misera/artigo_15.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2020.

STANDING, G. **O precariado e a luta de classes.** Revista crítica de ciências sociais, n.103, 2014. Disponível em :<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352014000100002&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 20 de out. 2020.